

## FINANÇAS

### Receitas para servir a uma população exigente

*“Empenhamo-nos a fundo para aumentar a receita municipal, (...) mas sempre evitando sobrecarregar o contribuinte.”*

A insuficiência de recursos para acompanhar as exigências do crescimento urbano é um problema crônico dos municípios brasileiros. Mas é um problema particularmente sério numa cidade como São Paulo, que há 30 anos tinha 1 milhão de habitantes e que, no curto espaço de uma década, passou de 4 para 8 milhões de habitantes.

Prover as necessidades decorrentes de tal ritmo de crescimento é tarefa que exige, a par de enorme esforço da Administração em todos os setores, uma criteriosa gestão financeira, seja na arrecadação do dinheiro público, seja na sua adequada aplicação.

Por todos os meios ao nosso alcance – mas sempre evitando sobrecarregar o contribuinte –, empenhamo-nos a fundo para aumentar a receita municipal. Dois eram os caminhos possíveis: racionalizar o sistema de arrecadação e obter financiamentos.

Os financiamentos viabilizaram uma série de projetos que dificilmente se concretizariam apenas com os recursos próprios da Prefeitura. O aporte adicional de recursos federais e estaduais possibilitou forte impulso à construção de avenidas de fundo de vale, na medida em que grande parte das obras pôde ser incorporada a programas de saneamento básico.

Esse é apenas um exemplo. Igualmente importantes foram os recursos federais consignados para a execução de projetos de reurbanização (como os do Jabaquara e do Brás); de transporte coletivo (a implantação de um novo sistema de tróleibus); e de trânsito (os semáforos controlados por computador), entre outros.

Nesses quatro anos, a Cidade obteve financiamentos num volume que considero inédito em sua história. É certo que, com raras exceções, tais financiamentos implicam endividamento: por isso, tivemos a preocupação de usar esses recursos para obras que servirão a São Paulo por muitos anos, caso em que não seria justo fazer recair o ônus sobre uma única geração de contribuintes.

Também nos esforçamos muito para ampliar a receita tributária da Prefeitura, constituída basicamente pela arrecadação dos impostos predial e territorial e do imposto sobre serviços. Isso exigiu intenso trabalho de racionalização administrativa, visando a transformar os métodos até então utilizados em autênticos sistemas operacionais.

Hoje, a arrecadação dos impostos predial e territorial é um sistema padronizado e dinâmico, com efetivo controle sobre cada etapa do processo, desde o lançamento até o pagamento do tributo e, numa etapa posterior, a cobrança junto aos omissos e inadimplentes. Um sistema que está sendo permanentemente atualizado e aperfeiçoado, com vantagens para os contribuintes e para a Administração.

Da mesma forma, procuramos aumentar a receita do imposto sobre serviços, com resultados bastante positivos, apesar da legislação imperfeita e de difícil aplicação que caracteriza esse tributo. Por isso nos empenhamos tanto, junto ao governo federal, para obter um aperfeiçoamento da sistemática do ISS. Confiamos plenamente que esse objetivo ainda será alcançado, em benefício das municipalidades.

Particularmente expressivos foram os resultados do trabalho empreendido em relação à cobrança da dívida ativa do Município, também convertida num sistema operacional que atualmente nos permite, nesse campo, arrecadar mais do que o Estado e mais do que a União.

Todo esse conjunto de medidas foi acompanhado, na área de Administração Indireta, de um programa de saneamento econômico e financeiro das empresas de economia mista, que se encontravam, de modo geral, em condições no mínimo insatisfatórias. Era o caso da Anhembi (agora Paulistur), da CMTC, da Comgás, da Cohab, da Emurb, que hoje entregamos em situação financeira equilibrada e aptas a desempenharem suas funções com plena capacidade operacional.

Por todos esses motivos, sinto-me autorizado a incluir entre os aspectos mais positivos de minha administração a gestão financeira, pelas melhorias operacionais instituídas, pelo preciso acompanhamento da receita e da despesa, pelo critério na aplicação dos recursos.

Neste último aspecto, devo destacar a nova apresentação do Orçamento Municipal, convertido, de árida peça contábil num livro em que se expõem, com clareza, os problemas de São Paulo e a estratégia adotada para equacioná-los.

Ao conferir tal tratamento editorial ao Orçamento, baseei-me na premissa de que todo munícipe deve saber de que forma está sendo utilizado o dinheiro com que contribui para os cofres públicos, assim como deve conhecer, com realismo, as

dificuldades da Cidade. Essas dificuldades tornam-se menores quando todos – povo e governo – estão dispostos a enfrentá-las.